



## GT 30. Drogas, saberes e direitos

### Coordenador(es):

Beatriz Caiuby Labate (CIIS)

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF - Universidade Federal Fluminense)

### Sessão 1

**Debatedor/a:** Sandra Lucia Goulart (Faculdade Cásper Líbero)

### Sessão 2

**Debatedor/a:** Martinho Braga Batista e Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle e regulação, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

### **Os Clubes Sociais de Cannabis (CSC) na Comunidade Autônoma do País Vasco (CAPV), Espanha: a filosofia de redução de riscos e danos, a luta pela normalização do consumo da maconha e uma proposta concreta de regulação**

**Autoria:** Guilherme Borges da Silva (UFG - Universidade Federal de Goiás), Wanderley Pereira da Silva Junior  
Esta proposta de work visa apresentar os resultados de uma jornada investigativa de doutorado sanduíche realizada na cidade de San Sebastian, Comunidade Autônoma do País Vasco (CAPV), situada ao norte da Espanha, acerca dos Clubes Sociais de Cannabis (CSC). Os clubes são entidades sem fins lucrativos e compostos por pessoas maiores de idade consumidoras de maconha. Baseiam-se na filosofia de redução de riscos e danos, e entre os objetivos do funcionamento dos CSC destacam-se a busca pela normalização do consumo da planta na região e a promoção de um consumo responsável. Através da análise bibliográfica e da investigação de campo, pretende-se explorar os seguintes pontos: 1) Uma breve apresentação sobre a formação, organização e funcionamento dos CSC na CAPV, dando ênfase aos instrumentos teóricos e filosóficos que dão base à concepção dessas entidades, como a filosofia de redução de riscos e danos, a busca pela normalização do consumo da planta e a luta por uma política canábica que promova o consumo responsável e que esteja ancorada aos princípios de um estado democrático de direito e em garantia aos direitos humanos; 2) Os desafios e as contradições dos CSC no contexto da legislação proibicionista espanhola e; 3) Por fim, os principais pontos da proposta do novo modelo de regulação dos CSC na CAPV



**Reunião Brasileira  
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:  
DIFERENÇAS E DIREITOS  
RIO 2020

[www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA](http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA)

ISBN: 978-65-87289-08-3

---

produzido, em 2017, pelo Grupo de Estudos de Políticas sobre El Cannabis (GEPCA).



## Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

### Realização:



### Apoio:



### Organização: